

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº....., DE 2003.
(Do Sr. CARLOS SANTANA)

Solicita informações a Sra. Ministra de Minas e Energia a respeito da ELETROBRÁS.

Senhor Presidente:

Com fundamento no artigo 50, § 2º da Constituição Federal e nos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado a Senhora Ministra das Minas Energia na busca de ações que possam vir a contribuir para a devolução dos postos de trabalhos dos anistiados pela Lei de Anistia nº 8878/94 da ELETROBRÁS, o seguinte pedido de informação:

01 – Qual é o número mínimo de funcionários ideal para o funcionamento da ELETROBRÁS?

01.1 – Quantos funcionários existiam na ELETROBRÁS até a data da promulgação da Constituição Federal de 1988?

01.2 – Quantos funcionários a ELETROBRÁS admitiu, após a promulgação da Constituição Federal de 1988?

Nome, ano de admissão, matrícula, cargo ou função, salário, diretoria e departamento.

02 – Quantos funcionários (contratados e estagiários), foram efetivados na ELETROBRÁS, após a Constituição Federal de 1988? Nome, ano de admissão, matrícula, cargo ou função, salário, diretoria e departamento. Quem autorizou as contratações?

02.1 – Quantos funcionários a ELETROBRÁS admitiu em seu quadro no ano de 1989 a 1994? Teve admissão de ex-empregados de Cia Extintas do setor elétrico neste período? Nome, ano de admissão, matrícula, cargo ou função, salário, diretoria e departamento. Quem autorizou as contratações?

03 – Quais foram os concursos públicos que a ELETROBRÁS, fez após a promulgação da Constituição de 1988?

03.1 – Porque a ELETROBRÁS, não cumpriu com a Constituição Federal de 1988, nos anos de 1989 a 2001? (Nas admissões de empregados).

4F8D997E59

03.2 – Nome das Cias. e custos financeiros que prestaram serviços a ELETROBRÁS e prestam serviços terceirizados? (período de 1987 a 2001). Quem autorizou?

04 – A ELETROBRÁS, tem empregados cedidos a outras Empresas? (Órgãos Públicos, Privados e Fundações?) Onde?. Nome, ano de admissão, matrícula, cargo ou função, salário, diretoria e departamento.

Quem autorizou a transferência? Existe custo financeiro para a ELETROBRÁS?

05 – Quais foram os motivos que levaram a ELETROBRÁS a demitir seu corpo Jurídico?

05.1 – Nome, endereço e razão social do birô de advocacia que atua para ELETROBRÁS? Há quanto tempo? Custo para ELETROBRÁS desse serviço até hoje? Este tipo de serviço precisa ter licitações? Quem autorizou?

05.2 – Qual é o custo pago ou a pagar para esse birô de advocacia, atuar em nome da ELETROBRÁS contra os anistiados da Lei de Anistia nº 8878, de 11 de maio de 1994? Quem autorizou?

06 – Quais foram os custos financeiros da ELETROBRÁS, no pagamento do P.D.I, no período de 1990 a 1993? Qual a origem dessa verba? Qual a origem dessa verba? Essa verba estava inclusa no fluxo de caixa da Empresa? Quem autorizou a liberação dessa verba?

06.1 – Quantos funcionários, com tempo de aposentadoria a ELETROBRÁS demitiu, com o P.D.I., no período de 1991 a 1993? Nome, ano de admissão, matrícula, cargo ou função, salário, diretoria e departamento.

06.2 – Quantos funcionários já estavam prontos para aposentadoria na ELETROBRÁS, no período de 1990 a 1993?

06.3 – Quantos ex-funcionários retornaram aos quadros da ELETROBRÁS e FUNDAÇÃO, por meio de prestadores de serviços ou contratados? Nome, ano de admissão, matrícula, cargo ou função, salário, diretoria e departamento. E quem autorizou?

06.4 – Por que a ELETROBRÁS liberou o FGTS, e pagou 40% da multa sobre as verbas rescisórias para os funcionários que pediram demissão? (Conf. C.L.T. o empregado que pede demissão, não tem direito a receber estas verbas). Quem autorizou esta deliberação? Quanto custou isso para ELETROBRÁS?

07 – Quantos funcionários a ELETROBRÁS, demitiu sem conclusão de Inquérito Administrativo ou policial, sem ampla defesa, em tratamento psicológico ou psiquiátrico, período de gravidez e licença médica no período de 1990 a 1993?

07.1 – Qual foi o Ofício ou Memorando usado pela diretoria executiva da ELETROBRÁS, para as diretorias, departamentos, divisões, autorizando as chefias imediatas, criando uma relação de nomes de funcionários, que seriam

demitidos na Reforma Administrativa? Que expediente e este? Que listagem é esta? Quem autorizou?

07.2 – Por que a ELETROBRÁS, ao demitir diversos funcionários no período de 1990 a 1993, não fez, exame médico demissional conforme determina a Lei?

07.3 – Que expediente o Ministro de Minas e Energia, usou para comunicar a ELETROBRÁS, para reduzir a folha de pagamento em 40%, em caráter de urgência/urgentíssima, em nome da Reforma Administrativa?

08 – Quais eram os custos financeiros da folha de pagamento mensal da ELETROBRÁS, no período de 1988 a 1989? (efetivos e contratados).

08.1 – Quais eram os custos da folha de pagamento mensal da ELETROBRÁS, nos períodos de 1990 a 1993? (efetivos e contratados)

08.2 – Quais eram e são os custos da folha de pagamento mensal da ELETROBRÁS de 1994 a 2002? (efetivos, contratados e estagiários).

08.3 – Quais os números e custos de contratos atuais, para prestações de serviços terceirizados e os setores?

08.4 – Qual o valor previsto no orçamento da ELETROBRÁS, para a readmissão dos Anistiados?

09 – Porque a ELETROBRÁS, não reconhece a legitimidade da Lei de Anistia nº 8878, de 11 de maio de 1994 e seus postulantes devidamente deferidos na Comissão Especial de Anistia?

10 – Por que a ELETROBRÁS, ao abrir concurso público no dia 12/05/02, veio exorbitar do poder e violando a Lei 8878/94, no seu Art.2º e 3º, parag. Único, inciso I e II, e Art. 4º, Decreto 1.344/94

no Art.2º e 3º, Decreto 1.153/94 no seu Art.6º, inciso III e Art. 9º? Quem autorizou este concurso?

Sala das Sessões, em

Deputado Carlos Santana

4F8D997E59